

A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA NO ESPAÇO-TEMPO TRANSPOLÍTICO

Marcio Fenili Antunes³²
Ronaldo Queiroz de Moraes³³

RESUMO:

Nossa escritura se volta para uma abordagem do capital em tempos de mundialização da esfera produtiva e cultural. De fato, trata-se de um fenômeno recente que pontua sua singularidade na aceleração da modernidade capitalista. De forma que o resultado imediato desse fenômeno se traduz na ideologia que qualifica o mercado como total, totalizante e totalitário, pois fora dele parece que não há qualquer saída possível. Assim, desregularizam-se espaços e mercados *pari passu* à flexibilização das forças vivas no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Mundialização, Capital, Mercado.

ABSTRACT:

This work brings an approach of the capital in times of globalization of the productive and cultural sphere. In fact, it is a recent phenomenon which indicates its singularity in the acceleration of the capitalism modernity. The immediate result of this phenomenon translates the ideology that characterizes the market as total, totalizing and totalitarian. Outside the market it seems that nothing is possible. Therefore, spaces and markets are deregulated "pari passu" to flexibilization of the living forces in the labor world.

Key-words: Globalization, Capital, Market.

³² Mestre em Análise Territorial (UFRGS) e professor de Geografia da Faculdade Cenecista de Osório-Rs e do Colégio Militar de Porto Alegre-RS (email: marfenili@yahoo.com.br).

³³ Mestre em Integração Latino-Americana (UFSM) e professor de História da Faculdade Cenecista de Osório e do Colégio Militar de Porto Alegre-RS (email: ronaldo.queiroz@zipmail.com.br).

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo concerne à produção de um texto voltado para a crítica da economia em tempos de mundialização do capital. Não se trata de organizar um mapeamento da ação do capital mundializado em todas as esferas da vida social, mas de apontar questões, problemas e tendências que sublinham a ruptura com a moderna sociedade burguesa pós-45. Esta ruptura tem sua origem nos anos 70 com o esgotamento da economia keynesiana e com a queda na taxa de crescimento dos países capitalistas. Entretanto, a clareza desta ruptura só se apresentou nos anos 80 (década perdida para os países pobres) – é o momento da resposta geral neoliberal à crise capitalista tendo como paladinos Thatcher e Reagan, que em nome da vitória da “liberdade” capitalista frente à derrota do “socialismo real” e com o apoio dos meios de comunicação de massa promovem, por meio da ideologia do “consenso fabricado” do mercado, a desregulamentação das estruturas de poder do Estado do Bem-estar Social em benefício do mercado que se mundializa, a partir da mediação do aparato tecnológico. É a resposta conservadora ou flexível diante da crise do capital.

Para melhor situarmos o contexto de mundialização do capital, é preciso antecipar os tópicos selecionados como relevantes, proporcionando uma leitura do ‘econômico’ como expressão de um modelo societal imbricado ao mercado total e a desregulamentação do social. O primeiro tópico envolve a “ubiquidade do capital no transpolítico”, ou seja, marca o tempo da velocidade absoluta na circulação do capital financeiro, não tendo qualquer obstáculo político, pois o transpolítico representa o esgotamento das práticas sociais imbricadas no político. O segundo tópico observa “o mercado total como fetiche da modernidade”, em outras palavras é a colonização das esferas públicas e das fronteiras nacionais pelas práticas de mercado – assumindo a forma natural do fetiche – forças naturais sem controle social – é a mão invisível do mercado, agora como simulacro que subverte a própria realidade. O terceiro tópico diz respeito “à acumulação flexível de capital e à desregulamentação do social”, a rigidez da acumulação capitalista cede lugar à flexibilidade pós-moderna que possibilita o desmembramento da reprodução do capital em forma de mercadorias ou de investimentos financeiros – é o espaço-tempo mundial como representação do mercado capitalista, mediado pela alta tecnologia somando forças na desregulamentação do social, aumentando significativamente o nível de pobreza geral. Finalmente, o último tópico aborda as transformações referentes ao espaço – trata-se da reconfiguração da exploração capitalista – do espaço de acumulação rígida para o espaço da superacumulação flexível pós-fordista. *Num sentido lato*, diz respeito às manifestações territoriais como consequência da economia mundializada frente aos imperativos do mercado globalizado e globalizador e como espaço redefinido a partir do que Harvey chamou

de “coerência estruturada”, ou seja, o conjunto de estruturas que permitem a produção e reprodução do capital dentro dos limites do viável em termos de obtenção do lucro.

2. A UBIQUIDADE DO CAPITAL NO TRANSPOLÍTICO

A mundialização do capital representa, de um lado, os avanços tecnológicos e, de outro lado, o enfraquecimento do político nas relações econômicas o qual denominamos de contexto transpolítico³⁴. A ubiquidade do capital representa o tempo em que a velocidade da circulação financeira se torna instantânea graças ao enfraquecimento dos laços entre a esfera estatal e política que não controlam mais as forças do mercado e também, aos recursos do aparato tecnológico informacional que assume a forma simbólica de uma verdadeira “bomba” que desregula os mercados nacionais.

Da ubiquidade do capital não escapa ninguém. A partir da década de 80, o capital mundializado surge com rapidez impressionante, graças à mediação dos satélites, da microeletrônica, da internet, do baixo custo dos transportes possibilitando, destarte, à aceleração da circulação de mercadorias e do capital financeiro (KURZ, 1997) em tal intensidade de imbricamento de mercados que saímos da mera “aldeia global” para nos defrontarmos com o “mercado global”.

De fato, a mundialização de capital é o mercado total representativo de uma era em que “todos os componentes do processo produtivo e do sistema financeiro perambulam pelo globo” (KURZ, 1997: 137). Como resultado, presenciamos a dependência das economias nacionais ao mercado internacional. Por exemplo, os investimentos japoneses se encontram por toda parte do globo e os EUA também se voltam à capitalização destes investimentos; na venda de títulos estatais ao capital especulativo japonês e nos investimentos dos fundos de pensão de firmas japonesas (KURZ, 1997: 71). Assim, o capital especulativo sob a égide do mercado torna dependentes até mesmo as economias que apresentam certa estabilidade – os mercados “estáveis” representam investimentos maiores; no entanto, nos deparamos aqui com investimentos que garantem riqueza como simulacro, que se reproduzem na dissuasão da retirada a qualquer momento. Daí a instabilidade da economia contemporânea, pois o tempo instantâneo dos mercados financeiros favorece a imobilização de qualquer ação política em torno da regulamentação por parte do Estado. Assim, a ação do capital especulativo segue a “ubiquidade mundial” das máquinas informacionais – de forma que uma resposta

³⁴ Conceito elaborado por Paul Virilio: o transpolítico é o início do desaparecimento do político na rarefação da última provisão: a duração – representa o esgotamento das relações de poder em torno da política (Virilio, 1984:35-36).

política só pode ser obtida numa ação global, ou melhor, a partir da atuação de organizações internacionais (SANTOS, 1999: 43).

O conceito de “mundialização do capital”, de origem francesa, designa o contexto societal e institucional dominado pelo mercado total. Como já foi dito, esse contexto assume sua forma acabada nos anos 80, era então denominada de neoconservadora ou neoliberal, em que as práticas de governo se voltaram para a desregulamentação do social e para a liberalização do mercado; tais práticas tiveram como modelo os governos dos Estados Unidos e Grã-Bretanha (CHESNAIS, 1999: 77). Presenciamos o momento da ofensiva política conservadora como resposta flexível à crise capitalista e tendo como meios de ação o aparato tecnológico que permite a fluidez do capital aumentando sua capacidade de circulação no espaço-tempo mundial. Não podemos desprezar, também, as narrativas de consenso do neoliberalismo que “sintetiza a ciência econômica global, que informa, fundamenta e organiza os movimentos do capital em escala global” (IANNI, 1999: 140).

Absolutamente, a perversa ilusão da mundialização do capital está na negação do capital como instrumento de produção e também como fruto do trabalho passado e objetivado (MARX, 1986: 5). Diante disso, o capital assume a forma de simulacro da riqueza podendo desaparecer a qualquer momento – é o fetiche do mercado solapando as práticas sociais imbricadas ao político – a riqueza produzida perde sua dimensão social e a exclusão passa a ser o *ethos* dominante em tempos em que o transpolítico substitui o político pelas narrativas de gerenciamento do mercado total. Dessa forma, o que marca a mundialização do capital é muito mais os investimentos internacionais do que o comércio exterior, portanto, as relações de produção se submetem à lógica da especulação financeira e se movimentam de acordo com as forças dos investimentos internacionais (CHESNAIS, 1996: 26).

A ubiqüidade do capital se apresenta nas transações financeiras em tempo real por todo o globo, uma vez que os operadores podem instantaneamente intervir nos mercados de Tóquio, de Londres ou de Nova York. O volume das operações financeiras é dez vezes superior ao das trocas comerciais. Os simulacros da riqueza financeira perambulam em tempo real por todos os mercados atraentes da economia mundial. O movimento instantâneo do capital em direção às melhores taxas de juros aparece como um fator de instabilidade, na medida em que não encontra nenhum poder de regulação política por parte do Estado (RAMONET, 1998: 53). Como resultado, presenciamos o enfraquecimento da economia real, ou melhor, produtiva em benefício do capital especulativo, só “a França já perdeu mais de 1,8 milhão de empregos industriais e a taxa de desemprego atinge 12,3% da população ativa – um recorde histórico. No entanto, continua-se a anunciar uma série de “planos sociais” que visam a reduzir os efetivos, tanto nas empresas

públicas (Aérospatiale, France Télécom, Sernam), quanto nos grupos privados (Pechiney, Moulinex, Peugeot)” (RAMONET, 1998: 61).

Efetivamente, a mundialização do capital mediada pela alta tecnologia é o que proporciona esta ubiqüidade na circulação do capital financeiro graças ao contexto transpolítico que garante a desregulamentação dos mercados a das práticas sociais em torno do político. Portanto, a legitimação do mercado é o fetiche da modernidade burguesa. Diante disso, temos que compreendê-lo para que possamos ir além do discurso da “inevitabilidade” da globalização de mercado. Objetivamente, a lógica capitalista permanece, no entanto presenciamos o fetiche da forma mercadoria subvertendo a própria realidade, ou melhor, simulacros da riqueza subvertendo a crítica da economia no espaço-tempo transpolítico.

3. O MERCADO TOTAL COMO FETICHE DA MODERNIDADE

O mercado total é a economização absoluta do mundo através de processos de racionalização e utilização empresarial do homem e da natureza (KURZ, 1997). Dessa forma o mercado se coloca como o fetiche da modernidade sujeitando os homens à ditadura do capital. Tal ditadura assume papel decisivo a partir das narrativas midiáticas de dissuasão que normatizam o jogo de exclusão social em torno da “inevitabilidade” na desregulamentação do mercado mundial. O mercado é total, totalizante e totalitário, fundamenta-se no seguinte aforisma hegemônico: nenhuma sociedade pode funcionar eficientemente sem o mercado e qualquer tipo de planejamento é obviamente impossível (JAMESON, 1996: 271). Destarte, o mercado concentra em si as forças da natureza, não há espaço para a ação coletiva – é a vitória do “darwinismo social” sobre as utopias positivas de emancipação social.

Estamos, assim, diante de uma ideologia dissuasiva, pois sua força se encontra na desorganização do espaço-tempo coletivo em benefício da banalidade³⁵ do mercado. É o capital que se transforma em imagens de identificação cultural no momento em que os simulacros da mercadoria já são por si só mais importantes do que a própria materialidade da mercadoria. Para Jameson (1996), é o contexto pós-moderno em que própria idéia do mercado é consumida com a mais prodigiosa das gratificações. Esta ideologia nega a capacidade de controle social da economia, da

³⁵ Michel Foucault resgata em Marx o sentido analítico e dialético do conceito de banalidade: “O conceito de banalidade em Marx é muito importante; no princípio do *Capital*, explica que, ao contrário de Perseu, ele tem que se fundir na bruma para mostrar que de fato não há monstros nem enigmas profundos, porque tudo o que há de profundo no estudo que se faz de burguesia acerca da moeda, do capital, do valor, etc., não é realmente senão uma banalidade” (Foucault, 1997: 19).

mesma forma que apresenta o mercado como o mecanismo mais justo na equalização dos problemas sociais, basta que o deixemos “livre” de qualquer regulação política.

O fetichismo representa um conceito importante desenvolvido por Marx aplicado à mercadoria e a própria noção de modernidade (BOTTOMORE, 1988). Faz parte da crítica marxista a economia política clássica que percebe como força “natural” do mercado o que estaria imbricado nas práticas sociais capitalistas. O trabalho cria a riqueza na forma de mercadorias, no entanto as relações de mercado reificam as práticas sociais de produção ao mesmo tempo em que a mercadoria desvincula-se de seu criador, assumindo equivalência com outras mercadorias. Por essa forma, o que cria valor no capitalismo não é o trabalho concreto em torno da produção, mas sim o trabalho abstrato na forma mercadoria com a exploração da mais-valia. Portanto, esta concepção do mercado como algo dado por natureza não passa de um fetiche que ainda se apresenta malgrado à razão instrumental moderna.

O mercado total como fetiche da modernidade, ao contrário do que possa parecer, é a forma real, ou seja, mais pura do capitalismo tardio que assume a forma globalitária apontando uma ruptura com o modelo capitalista centrado num espaço específico europeu ou americano. Boaventura de Sousa Santos (1996) traça as seguintes mudanças no espaço-tempo mundializado:

1. O deslocamento da produção mundial para a Ásia. Como exemplo, temos a produção de transistores e televisores que de 28,8% / 14,2% no ano de 1965 passa a produzir 95% / 58,2% no ano de 1989 – enquanto a América do Norte e Europa produzia 64,3% / 6% (transistores) 37,2% / 34,5% (televisores) no ano de 1965 e passam a produzir 1,1% / 3,9% (transistores) 16,4% / 16,1% (televisores) no ano de 1989.
2. A primazia total das empresas multinacionais, enquanto agentes do mercado global. A empresa multinacional não representa mais um Estado nacional de origem e suas práticas se colocam acima do poder político do Estado nacional – as empresas chantageiam politicamente seu estabelecimento local solapando a própria noção de soberania, exigindo incentivos fiscais, investimentos e a desregulamentação das relações de trabalho.
3. A erosão da eficácia do Estado na gestão macro-econômica. O Estado-nação moderno desvincula-se do controle do mercado perdendo sua função pública.
4. O avanço tecnológico das últimas décadas quer na agricultura, quer na indústria com a biotecnologia, a robótica, a automação etc., tendo como função de mediação as transformações da estrutura mundial capitalista.

Em síntese, o mercado total é o espaço-tempo de acumulação por parte da “empresa global”, que hoje se coloca como um organismo sem corpo, não passa de uma rede articulada pelo aparato tecnológico e está voltada para a lógica da rentabilidade e da produtividade. Por essa forma, segundo Ramonet (1998: 49), uma empresa francesa pode solicitar empréstimos na Suíça, instalar centros de pesquisa na Alemanha, comprar suas máquinas na Coreia do Sul, construir suas usinas na China, elaborar sua campanha de marketing e publicidade na Itália, vender nos Estados Unidos e ter sociedade com capitalistas mistos na Polônia, Marrocos e México. Tudo de acordo, é claro, com as facilidades dos investimentos.

Portanto, é a partir da apresentação dos traços transformacionais no capitalismo tardio que podemos perceber a decorrente acumulação flexível de capital tendo como *ethos* a desregulamentação do social.

4. A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DE CAPITAL E A DESREGULAMENTAÇÃO DO SOCIAL

A economia política concentrou suas forças no trabalho humano como fonte de riqueza, já a economia no espaço-tempo transpolítico apresenta como perspectiva o trabalho humano como algo obsoleto na produção de riqueza. Pela primeira vez, segundo Kurz (1997: 67-68), a riqueza material (e também ecologicamente destrutiva) é produzida antes pelo emprego tecnológico da ciência que pelo dispêndio do trabalho humano abstrato. O que representa a crise societal contemporânea que se fundamenta no *ethos* do trabalho humano como fonte fundamental da produção da riqueza.

A acumulação flexível é a racionalização total da reprodução do capital em detrimento do desemprego estrutural, na aceleração do processo de automação. A flexibilidade é o vale-tudo do mercado na desregulamentação do social. As estruturas fixas se tornaram um fardo à acumulação, pois regiões hoje atraentes ao mercado amanhã podem pesar como um fardo, na medida em que novas regiões podem se tornar mais atraentes em matéria-prima, força de trabalho e incentivos estatais. Diante disso, os investimentos devem ser flexíveis e facilmente contornáveis em busca de melhores juros nos mercados financeiros mundiais (KURZ, 1997).

A desregulamentação do social tem na exploração do trabalho o seu mote, no entanto a desregulamentação é total, envolve, por exemplo, a segurança hoje em boa parte privatizada e o mesmo, com relação à saúde e à seguridade social. Em 1995 (Kurz, 1997), segundo números da Organização do Trabalho 30% da população mundial economicamente ativa não possuía um emprego estável. Calcula-se (Santos, 1996) que um bilhão de pessoas (14% da população mundial)

viva na pobreza absoluta, ou seja, dispondo de um rendimento de 365 dólares por ano. Da mesma forma que presenciamos a concentração de 70% da renda mundial em torno de 15% da população do planeta. Por conseguinte, a desregulamentação do social a partir da ofensiva neoliberal vem provocando o aumento da distorção de renda.

A terceira revolução industrial fomentou uma maior racionalização em detrimento da criação de empregos (Kurz, 1997). O desenvolvimento capitalista concatenado à criação de empregos deixou de existir, o capitalismo tardio sublinha uma nova fase de acumulação baseada na flexibilidade socioeconômica que não se reduz à necessidade de se ajustar mecanicamente a uma tarefa pontual, pois exige dos corpos a velocidade na adaptação às contingências do mercado. Por essa forma, consoante Robert Castel:

Gestão em fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos acasos dos mercados tornam-se os imperativos categóricos do funcionamento das empresas competitivas. Para assumi-los, a empresa pode recorrer à subcontratação (Flexibilidade externa) ou treinar seu pessoal para a flexibilidade e para a polivalência a fim de lhe permitir enfrentar toda a gama das novas situações (flexibilidade interna). (Castel, 1998: 517)

A desregulamentação do social inaugura uma nova cultura absolutamente baseada na exclusão social, não há emprego para todos, no futuro próximo, a sociedade estará dividida em dois grupos desiguais. O primeiro grupo minoritário corresponderá à mão-de-obra extremamente qualificada e o segundo grupo representará uma imensa maioria de desqualificados, sujeitos à empregabilidade do mercado ou excluídos definitivamente de qualquer ocupação. É possível que o trabalho qualificado seja prerrogativa de poucas regiões, enquanto o restante do globo viverá em um estado de extrema pobreza, sem empregos, no caos (Heller, 1999).

O fim do direito positivo sob a égide do Estado Providência na desregulamentação do social com o aumento do desemprego estrutural conduz a passagem dos trabalhadores, segundo Boaventura de Sousa Santos (1999: 48), de um estatuto de cidadania para um estatuto de lupemcidadania. Para a maioria dos trabalhadores, trata-se de uma passagem, sem regresso, do contratualismo para o pós-contratualismo, assim:

A estabilidade de que fala o consenso neoliberal é sempre a das expectativas dos mercados e dos investimentos, nunca a das expectativas das pessoas. Aliás, a estabilidade dos primeiros só pode ser obtida à custa da instabilidade das segundas. (Santos, 1999: 50)

No limite, a acumulação flexível de capital é o que sustenta a mudança estrutural do fordismo do período 1945-1973 para a era neoliberal da concentrada mundialização do capital, marcando um confronto decisivo com a rigidez do fordismo. O novo modelo de acumulação se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo (Harvey, 1992). Esta flexibilidade garante a exploração total da natureza e da força de trabalho. O capital coloniza o espaço-tempo mundial, enquanto as forças vivas se encontram obsoletas e sitiadas no espaço local. Na Inglaterra, os “trabalhadores flexíveis” aumentaram em 16%, alcançando 8,1 milhões entre 1981-1985, e os empregos permanentes caíram em 6% ficando em 15,6 milhões. Nos Estados Unidos, cerca de um terço dos dez milhões de novos empregos criados estavam na categoria de “temporário”.

Este contexto enfraquece a organização sindical e favorece o retorno da superexploração. Em Nova York e Los Angeles presenciamos a flexibilização da produção industrial no espaço doméstico como também o incremento do setor informal. O mesmo ocorre nos demais países (principalmente os periféricos), representa segundo Harvey (1992: 175) uma visão sombria da história supostamente progressista do capitalismo. É a ação do capital financeiro na desregulamentação do social. Dessa forma, de acordo com François Chesnais:

A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de forças agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível micro-econômico, a começar pela produtividade do trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação de mais-valia, tanto absoluta como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as conseqüências sobre o nível de emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura ditada pelas altas taxas de juros (Chesnais, 1996: 16-17).

Destarte, o contexto societal que se apresenta com a acumulação flexível de capital e a desregulamentação do social é o fetiche do mercado total em sua forma globalitária. A ideologia dissuasiva do mercado imobiliza as forças vivas em torno de uma práxis global. Os simulacros do capital pervertem nossa própria noção da realidade – nesse sentido “é preciso que nossos olhos falem e escutem além de enxergar”, como afirmou o poeta americano Gregory Corso – só assim sairemos da bruma que encobre as banalidades do capital.

5. A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E O REORDENAMENTO TERRITORIAL

A mundialização do capital veio acompanhada por poderosos processos de reordenamento territorial, pois a ubiqüidade do capital depende da ubiqüidade das

máquinas informacionais. O território representa um campo a ser colonizado, posto a serviço do capital. Portanto, é necessário revelar a lógica espacial do capitalismo em contexto de mundialização do capital. Nesse sentido, Harvey, ao comentar Marx, afirma que

Do ponto de vista da circulação do capital, portanto, o espaço aparece, em primeiro lugar, como mera inconveniência, uma barreira a ser superada. O capitalismo, conclui Marx, em um notável insight é caracterizado necessariamente por um esforço permanente da superação de todas as barreiras espaciais e da anulação do espaço pelo tempo. (HARVEY, 2005: 145)

O esforço a que se refere Marx é a própria história da apropriação do espaço pelas estruturas capitalistas na dupla vertente de garantir, por um lado a produção, e por outro o consumo, objetivando por consequência o lucro. Alargando este enfoque, ressalte-se que a organização espacial sob o capitalismo resultou no surgimento de estruturas espaciais que garantissem a sua reprodução. Harvey (2005: 146) traz à tona o conceito de “coerência estruturada” para indicar que o território que absorve essa coerência estruturada se qualifica, imprecisamente, como o espaço de livre circulação do capital com lucros ilimitados, com o tempo de circulação socialmente necessário excedido pelo custo e duração do movimento.

Harvey (2005), resgatando Aydalot, destaca ainda que esta “coerência estruturada” abrange: as formas e as tecnologias de produção; as quantidades e qualidades de consumo envolvendo neste caso o padrão e estilo de vida de trabalhadores e burgueses; os padrões de demanda e oferta de mão-de-obra e as infra-estruturas físicas e sociais. Assim, partimos da premissa de que a expansão do capital, sua produção e reprodução necessitam de um ordenamento territorial, de um espaço delimitado e organizado em estruturas que lhe sejam favoráveis. A questão está, então, em entender qual ordenação prestava-se à produção/reprodução do capital sob a égide do fordismo/keynesianismo e qual ordenação é resultado e fundamento do capital sob a égide da economia flexível.

As respostas podem ser buscadas por meio da análise do jogo de poder das forças produtivas, das relações sociais e do poder regulador do estado. Podemos entender o espaço delimitado por estas relações como um território, o que nos impõe resgatar tanto este conceito quanto o de espaço.

Grosso modo, o território é o universo no qual se apresenta a diversidade espacial, o próprio conceito é utilizado para identificar diferentes espaços – espaços que qualificam a própria noção de liberdade social, na medida em que, para o exercício da liberdade é fundamental um campo aberto de possibilidades espaciais. Alguns autores, como, por exemplo, Raffestin (1993) conceituam território como uma

condição inerente ao homem, no sentido que cada ser humano, ou qualquer coletividade, desenvolve um conjunto de relações com a exterioridade e/ou a alteridade por meio de mediadores ou instrumentos. Neste caso, na visão desse autor, o espaço é a "condição original, ou prisão original, primária, e o território é a prisão que os homens constroem para si". Nessa perspectiva, Heindrich (2004) sustenta esta posição:

Quando a humanidade começa a se libertar dos imperativos originais do espaço também inicia a formação da espacialidade histórica, que também poderia ser entendida como uma humanização. É nesse momento que aparecem as primeiras formas geográficas, mesmo que elas sejam muito efêmeras. Quando um bando disputa com outro uma fonte de água, a relação estabelecida é de uma territorialização, que ao mesmo tempo vincula um grupo ao espaço e desvincula o outro. Ainda não é o caso de imediatamente visualizar-se o território consubstanciado como a prisão inventada pelos homens para eles mesmos (RAFESTIN, 1993: 142), mas é importante que se reconheça isso como o início de uma fronteira histórica que permite o alcance da condição territorial (HEINDRICH, 2004: 38).

Heindrich (2004) sustenta ainda que, antes do surgimento do território, o que se desenvolve são as territorialidades. Então, os territórios só surgem a partir do estabelecimento de um conjunto de relações que vinculam um indivíduo, ou grupo de indivíduos, a um determinado espaço. Os territórios são produtos de um processo de evolução das territorialidades. Para esse autor, esta evolução pressupõe apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. Para que a condição territorial seja alcançada com plenitude, seria necessária também a manifestação generalizada de um poder. Visto que o poder é aquele que define, em última instância, a demarcação e a separação.

O que deve ficar claro, a nosso ver, é que as condições citadas acima não ocorrem cronologicamente na ordem exposta. Alguns territórios surgem a partir do exercício unilateral de um poder estabelecido que, pelo uso da força, da política ou de outra estratégia, compartimenta o espaço. É neste compartimento que as demais condições poderão se realizar, reforçando o seu caráter territorial, levando a outras possibilidades de compartimentações. Situação oposta a do desenvolvimento das outras características, como identidade e sentimento de pertencimento sem, no entanto, desenvolver-se o domínio, a demarcação, a separação e a manifestação de um poder. Teríamos, nos dois casos, territórios não plenamente constituídos e as condições propícias para a sua fragmentação. No primeiro caso, temos, como maior exemplo, o Estado-Nação. Para Milton Santos (2005):

(...) o Estado-Nação foi um marco, um divisor de águas, entronizando uma noção jurídico-política do território, derivada do conhecimento e da conquista

do mundo, desde o Estado Moderno e o Século das Luzes à era da valorização dos recursos chamados naturais (...). Antes, era o Estado, afinal que definia os lugares – de Colbert a Golbery – dois nomes paradigmáticos da subordinação eficaz do Território ao Estado (SANTOS, 2005: 137-138).

Contudo, o poder político admite outras escalas de unidades territoriais. Para Cataia (2004: 2) a unidade política representa a conjunto do território nacional, regional ou local, ou seja, o país, o estado ou o município, o que exige a elaboração de uma estrutura de poder para cada uma dessas escalas de poder. O fluxo de poder entre estas escalas, no sentido de conjunto coerente é o que garante a coesão do território e a integração geral.

Para Milton Santos (2002: 63): “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Assim, é a partir do espaço que surgem os territórios, pois é através das relações estabelecidas por um grupo com o seu meio e com outros grupos que se manifestam as ações e destas, como resultado, estabelecem-se os objetos que retroalimentarão os sistemas de ações estabelecidos.

No limite, os territórios produzidos e controlados pelo Estado, seja na escala nacional, estadual ou municipal, no sentido até aqui exposto, foram os espaços privilegiados para a produção/reprodução do capitalismo sob o fordismo/keinesianismo. A sua “coerência” originava-se em amplas políticas que garantiam tanto a produção, a circulação e o consumo de mercadorias. Ao mesmo tempo, produzia-se uma psicosfera favorável ao desenvolvimento das territorialidades locais, regionais e nacionais. Os limites políticos dos Estados coincidiam, neste sentido, com os limites mais alargados para o desenvolvimento das territorialidades. A grande maioria dos objetos, aos quais se refere Milton Santos, eram controlados direta ou indiretamente pelo poder político estabelecido. Como exemplo, citamos rodovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas, sistemas de comunicação e indústrias, especialmente de base e estratégicas.

O que é importante sublinhar é que houve uma brutal ofensiva do capital mundializado no sentido de romper com o fluxo de poder público que garantia certa harmonia nas relações de poder entre as escalas local, regional e nacional. Com efeito, essa ruptura promovida pela onda neoliberal e o novo contexto globalizado, refuncionalizam objetos e territórios, assim de acordo com Milton Santos (2005):

Na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades, hoje enfraquecidas, são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores. A arena de oposição

entre o mercado – que singulariza – e a sociedade – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas (Santos, 2005: 143).

Realmente, a questão situa-se no fato de que a revolução tecnológica, expressa na Terceira Revolução Industrial, revolucionou tanto o sistema de objetos quanto o sistema de ações, transformando tanto o espaço quanto os territórios – impactando mudanças nos corpos produtivos. A extraordinária expansão pelo planeta de objetos técnicos cada vez mais eficientes, os quais permitem possibilidades de produção e comunicação nunca antes alcançadas levam a inovadoras formas de relacionamento do homem com o meio, incluindo aí outros grupos sociais. Vêm-se, então, os princípios para o desenvolvimento das territorialidades completamente modificados: surgem territorialidades alternativas, seja pela sua posição geográfica, escala e forma, seja por sua natureza. O poder que sustenta estas territorialidades não se encontra mais somente no Estado, pois se origina cada vez mais a partir de forças econômicas privadas. A razão para isso é que, consoante Milton Santos, o espaço depende dos sistemas de objetos e das ações por eles demandadas, assim estes objetos são cada vez mais controlados pelas corporações privadas, e não pelos Estados. Os computadores e seus sistemas, as redes de comunicação, os satélites, os meios de transporte, a internet, as unidades produtivas encontram-se hoje sob controle de corporações privadas.

As ondas sucessivas de privatização levadas a cabo pelo projeto neoliberal transferiram gradativamente o controle territorial do Estado para as transnacionais, o que equivale dizer, até certa medida, do público para o privado. Diante disso, aproxima-se a derrocada do Estado enquanto agente hegemônico na produção e sustentação dos territórios. De forma que presenciamos o absoluto esgotamento do poder público e como corolário a emergência do transpolítico solapando a cidadania em benefício do mercado globalitário.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mundialização do capital representa o capitalismo em seu estado mais avançado, é a destruição do social como paradigma de acumulação flexível. Em nome do mercado tudo é desregulado: o trabalho, a saúde e a segurança pública. A exclusão social se coloca como a sombria perspectiva da maioria. O fim do contratualismo sob a égide do Estado é a institucionalização do caos social e da violência nas cidades e no campo.

Presenciamos, hoje, talvez, um novo contrato mediado pelo mercado, não obstante é bom lembrar que este contrato é flexível – quem hoje se regozija na

pertença identitária mediada pelo mercado amanhã pode se somar ao exército dos obsoletos, dos desqualificados do mercado total.

Historicizar nossa condição econômica a partir de uma crítica ao fetiche da mercadoria e ao capital como simulacro de dissuasão – marca nosso olhar crítico para além da banalidade do mercado. Como resultado, presenciamos um novo ethos societal que se manifesta na desregulamentação do social, de acordo com narrativas que se manifestam como aporias ideológicas; na inevitabilidade do mercado e da tecnologia frente a qualquer tentativa de controle político.

Assim, a mundialização do capital exige uma crítica que resgate o político na esfera econômica e, ao mesmo tempo, fomente a resistência intelectual à ofensiva conservadora do ‘consenso fabricado’ que se sustenta na ordem da forma mercadoria do trabalho abstrato e das relações sociais reificadas pelo mercado total.

Para concluir, a acumulação flexível rompe com os paradigmas tradicionais de produção e manutenção dos territórios, na medida em que a “coerência estruturada” do espaço para uso do capital é fruto cada vez mais da ação combinada de agentes privados e públicos, com predominância dos primeiros, pois os agentes públicos nada mais representam do que mecanismos que garantem o sucesso da própria circulação e acumulação flexível de capital. Além disso, os limites dos territórios privilegiados, “coerentemente estruturados”, para atuação do capital flexível são cada vez mais amplos, atingindo todo o planeta, como também são cada vez mais imprecisos e frágeis. De forma que a ubiqüidade dos objetos técnicos resulta na ubiqüidade dos processos de produção e manutenção dos territórios – estamos, diante um de fenômeno novo que exige novas referências e paradigmas – todo o esforço de nossa escritura centrou-se nessa perspectiva.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Petrópolis: Vozes, 1998.

CATAIA, Marcio. A alienação do território – o papel da guerra fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro. UFRGS: Pós-Graduação em Geografia, 2004, 2. Palestra.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud e Marx. São Paulo: Principio, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, David. Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. A produção capitalista do Espaço. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

HELLER, Agnes.(et alii) A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999

IANNI, Octávio. A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____(org).Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

JAMESON, Fredric. Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

KURZ, Robert. Os últimos combates. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAMONET, Ignacio. Geopolítica do Caos. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. IN: HELLER, Agnes (et alii). A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI, Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

_____.Pela Mão de Alice: o social e o político na pós- modernidade_ São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: USP, 2002.

_____. Da totalidade ao lugar. São Paulo: USP, 2005.

VIRILIO, Paul. Guerra Pura: a militarização do cotidiano_ São Paulo: Brasiliense, 1984.